



Excelsior Alimentos S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

31 de março de 2020 e 2019

Índice	Pág.
Relatório da Administração	<u>3</u>
Relatório do auditor independente	<u>4</u>
Balanços patrimoniais - Ativo	<u>6</u>
Balanços patrimoniais - Passivo	<u>7</u>
Demonstrações do resultado para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019	<u>8</u>
Demonstrações dos resultados abrangentes para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019	<u>9</u>
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019	<u>10</u>
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019	<u>11</u>
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019	<u>12</u>
Nota 1 - Contexto operacional	<u>13</u>
Nota 2 - Base de elaboração e apresentação	<u>13</u>
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis	<u>14</u>
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	<u>16</u>
Nota 5 - Contas a receber de clientes	<u>16</u>
Nota 6 - Estoques	<u>16</u>
Nota 7 - Impostos a recuperar	<u>17</u>
Nota 8 - Imposto de renda e contribuição social	<u>17</u>
Nota 9 - Transações com partes relacionadas	<u>18</u>
Nota 10 - Imobilizado	<u>18</u>
Nota 11 - Arrendamentos a pagar	<u>19</u>
Nota 12 - Intangível	<u>20</u>
Nota 13 - Fornecedores	<u>20</u>
Nota 14 - Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	<u>20</u>
Nota 15 - Dividendos declarados	<u>21</u>
Nota 16 - Provisão para riscos processuais	<u>21</u>
Nota 17 - Patrimônio líquido	<u>22</u>
Nota 18 - Receita operacional líquida	<u>22</u>
Nota 19 - Resultado financeiro líquido	<u>22</u>
Nota 20 - Lucro por ação	<u>23</u>
Nota 21 - Custos e despesas por natureza	<u>23</u>
Nota 22 - Segmentos operacionais	<u>23</u>
Nota 23 - Cobertura de seguros	<u>24</u>
Nota 24 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos	<u>24</u>
Nota 25 - Aprovação das informações demonstrações contábeis	<u>27</u>

EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.
CNPJ : 95.426.862/0001-97
Código CVM: 1570

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No primeiro trimestre de 2020 a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 47,0 milhões, 3,8% superior ao primeiro trimestre de 2019.

A geração operacional de caixa Ebitda cresceu 8,0% e atingiu R\$ 6,2 milhões, com margem de 13,3%, versus 12,8% no primeiro trimestre de 2019. O aumento de preços, em parte por mix, compensou um volume menor de vendas.

O Lucro Líquido atingiu R\$ 4,2 milhões, 7% superior ao primeiro trimestre de 2019, quando excluído deste, o crédito extraordinário de R\$ 12,4 milhões, decorrente da revisão do lucro tributável de anos anteriores.

Desta forma, conseguimos os seguintes resultados:

Resultado	1º TRI 2020	1º TRI 2019
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	47.030	45.306
Vendas (tons)	6.701	7.109
Lucro líquido (R\$ mil)	4.209	16.386
Margem líquida sobre ROL	8,09%	36,2%
Ebitda (R\$ mil)	6.237	5.771
Margem Ebitda sobre ROL	13,3%	12,8%

A Companhia continua operando somente no mercado interno, onde na região Sul e principalmente no Rio Grande do Sul, concentra-se seu maior potencial de clientes. Continuamos com uma atuação diferenciada junto aos clientes, procurando fidelizar os mesmos, atendendo-os nas datas estabelecidas e nos exatos volumes solicitados.

As obras de ampliação da fábrica, atendendo Decreto Municipal, foram interrompidas, devendo ser retomadas tão logo seja liberado a atividade em nosso município.

Com a pandemia a Companhia tem adotado todas as medidas para garantir a máxima segurança e prevenção de cada um dos colaboradores da sua fábrica, centrais de distribuição e escritórios. Incluem-se nessas medidas: desinfecção diária e periódica das instalações, medição de temperatura de todos os colaboradores antes de acessarem a unidade, afastamento de pessoas do grupo de risco, inclusão de novos EPIs como máscaras acrílicas, obrigatoriedade do uso de máscaras para 100% dos colaboradores incluindo a área administrativa, medidas de distanciamento social, vacinação contra gripe H1N1, entre outras ações.

Todas as medidas seguem as determinações dos órgãos de saúde, como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e as autoridades locais de saúde. Adicionalmente, a empresa contratou e está em total conformidade com as orientações das consultorias de renomados médicos e especialistas sobre as práticas adotadas.

Santa Cruz do Sul, 08 de maio de 2020.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente - Wesley Batista Filho
Diretor Administrativo e Financeiro - Ivo José Dreher
Diretor de Relações com Investidores - Guilherme Perboyre Cavalcanti

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias (ITR)

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar
Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Excelsior Alimentos S.A.
Santa Cruz do Sul – RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Excelsior Alimentos S.A. (“Companhia”), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações contábeis intermediárias executadas pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

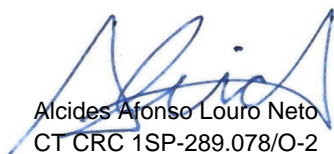
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2020, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de maio de 2020



Alcides Afonso Louro Neto
CT CRC 1SP-289.078/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Excelsior Alimentos S.A.
**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	31.03.20	31.12.19
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.333	35.377
Contas a receber de clientes	5	19.527	20.783
Estoques	6	12.629	9.828
Impostos a recuperar	7	1.015	828
Outros ativos circulantes		339	25
TOTAL DO CIRCULANTE		68.843	66.841
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	7	794	826
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	10.704	11.274
Imobilizado	10	43.041	40.628
Direito de uso de arrendamento mercantil	11.1	2.002	256
Intangível	12	33	38
Depósitos e cauções	16	1.123	1.212
Outros ativos não circulantes		29	29
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		57.726	54.263
TOTAL DO ATIVO		126.569	121.104

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Excelsior Alimentos S.A.

**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	31.03.20	31.12.19
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	26.444	25.868
Empréstimos e financiamentos		-	16
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	14	9.605	10.402
Dividendos declarados	15	6.914	6.914
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	11.2	1.555	253
Outros passivos circulantes		2.213	2.343
TOTAL DO CIRCULANTE		46.731	45.796
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	14	2.927	2.970
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	11.2	468	13
Provisão para riscos processuais	16	487	578
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.882	3.561
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17	30.000	30.000
Reservas de lucros		44.024	41.747
Lucros acumulados		1.932	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		75.956	71.747
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		126.569	121.104

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	18	47.030	45.306
Custo dos produtos vendidos	21	(34.173)	(32.957)
LUCRO BRUTO		12.857	12.349
Administrativas e gerais	21	(1.322)	(1.005)
Com vendas	21	(6.558)	(6.506)
Outras receitas (despesas)		33	5
DESPESAS OPERACIONAIS		(7.847)	(7.506)
LUCRO OPERACIONAL		5.010	4.843
Receita financeira	19	570	343
Despesa financeira	19	(379)	(190)
		191	153
LUCRO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.201	4.996
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.a	(422)	(8)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a	(570)	11.398
		(992)	11.390
LUCRO LÍQUIDO		4.209	16.386
Lucro básico por lote de mil ações no final do período	20	0,8060	3,1379

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Referência	2020	2019
Lucro líquido	DRE	4.209	16.386
Total do resultado abrangente		4.209	16.386
Total do resultado abrangente atribuível a:			
Acionistas da Companhia	DRE	4.209	16.386
		4.209	16.386

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reversa de incentivos fiscais	Reserva Legal	Retenção de lucros		
31 DE DEZEMBRO DE 2018		30.000	-	2.305	16.842	-	49.147
Lucro líquido		-	-	-	-	26.858	26.858
Constituição de reserva legal		-	-	1.343	-	(1.343)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(4.258)	(4.258)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18.b	-	8.483	-	-	(8.483)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	12.774	(12.774)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2019		30.000	8.483	3.648	29.616	-	71.747
Lucro líquido		-	-	-	-	4.209	4.209
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18.b	-	2.277	-	-	(2.277)	-
31 DE MARÇO DE 2020		30.000	10.760	3.648	29.616	1.932	75.956

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Excelsior Alimentos S.A.
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)**

	Notas	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		4.209	16.386
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	1.227	928
Perda (reversão) estimada com crédito de liquidação duvidosa	5	80	17
Resultado na venda de imobilizado	10	30	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.a	(422)	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a	570	(11.398)
Resultado financeiro líquido		(191)	3
Provisão (reversão) para riscos processuais	16	37	224
		5.540	6.168
Variação em:			
Contas a receber		1.454	688
Estoques	6	(2.801)	(594)
Impostos a recuperar		(155)	(27)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(200)	(120)
Fornecedores	13	407	(1.426)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(92)	(165)
		(1.387)	(1.644)
Variações em ativos e passivos operacionais			
Juros pagos		-	(4)
Juros recebidos		267	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(637)	(321)
		3.783	4.199
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições de ativo imobilizado	10	(3.068)	(2.641)
Baixa de ativo imobilizado	10	(4)	190
Adições de direito de uso		-	(1.313)
Baixa de direito de uso		-	4
		(3.072)	(3.760)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos		(16)	(47)
Passivo de novos contratos de arrendamento mercantil líquidos do direito de uso		-	1.315
Pagamentos de arrendamento mercantil		(739)	(41)
		(755)	1.227
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos			
Variação líquida		(44)	1.666
Caixa e equivalentes de caixa inicial		35.377	24.300
Caixa e equivalentes de caixa final		35.333	25.966

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Excelsior Alimentos S.A.
**Demonstrações do valor adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)**

	2020	2019
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	60.162	57.930
Outras receitas operacionais líquidas	48	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(80)	(18)
	60.130	57.912
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(22.738)	(21.394)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.955)	(10.073)
	(32.693)	(31.467)
Valor adicionado bruto	27.437	26.445
Depreciação e Amortização	(1.227)	(928)
Valor adicionado líquido produzido	26.210	25.517
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	584	343
	584	343
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	26.794	25.860
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	5.361	5.252
Benefícios	1.930	1.524
FGTS	365	345
	7.656	7.121
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	5.897	(6.435)
Estaduais	8.221	7.654
Municipais	1	-
	14.119	1.219
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	264	106
Aluguéis	(160)	-
Outras	706	1.028
	810	1.134
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido	4.209	16.386
	4.209	16.386
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	26.794	25.860

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia") controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela Seara Alimentos Ltda., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes, é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

a. Impactos do COVID-19

A JBS continua monitorando os desdobramentos do surto coronavírus pelo mundo, com o objetivo de preservar a segurança de seus colaboradores e mapear os reflexos da pandemia em seus negócios. Neste sentido, a JBS constituiu um comitê global de crise para tratar dos impactos da pandemia do Corona Virus Disease 2019 (Covid-19) em suas operações, composto pelo Sr. Gilberto Tomazoni (CEO Global), Guilherme Cavalcanti (CFO Global), André Nogueira (CEO Estados Unidos), Wesley Mendonça Batista Filho (CEO América do Sul), Brent Eastwood (CEO Austrália), Eduardo Noronha (Recursos Humanos Global), e Cameron Bruett (Relações Institucionais).

Especificamente na Excelsior, a administração tem adotado todas as medidas para garantir a máxima segurança e prevenção de cada um dos colaboradores da sua fábrica, centro de distribuição e escritório. Incluem-se nessas medidas: desinfecção diária e periódica das instalações, medição de temperatura de todos os colaboradores antes de acessarem a unidade, afastamento de pessoas do grupo de risco, inclusão de novos EPIs como máscaras acrílicas, obrigatoriedade do uso de máscaras para 100% dos colaboradores incluindo a área administrativa, medidas de distanciamento social, vacinação contra gripe H1N1, entre outras ações.

Todas as medidas seguem as determinações dos órgãos de saúde, como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e as autoridades locais de saúde. Adicionalmente, a Companhia contratou e está em total conformidade com as orientações das consultorias de renomados médicos e especialistas sobre as práticas adotadas. Todos os gastos adicionais envolvidos com essas ações não são relevantes dentro do contexto das operações da Companhia.

Dadas as características da nossa operação e footprint fabril, temos flexibilidade para redirecionar parcela dos produtos que anteriormente atendiam o setor de food service (restaurantes, hotéis, etc, atualmente um dos mais afetados com o isolamento social) para o varejo, e, desta forma, até o encerramento do trimestre em 31/03/2020 não se apresentou uma grande oscilação em suas vendas em decorrência do Covid-19.

Olhando para frente, interrupções na cadeia de suprimentos, assim como escassez de mão-de-obra podem, potencialmente, impactar a unidade produtiva, gerando redução no processamento de proteínas, bem como impactando o preço da matéria prima. Neste momento, não há como precisar os impactos a médio e longo prazo no cenário econômico e nas operações da Companhia e/ou também não se tem conhecimento de outros eventos subsequentes que possam impactar os números aqui apresentados. Adicionalmente, entre as medidas econômicas decretadas a Companhia irá aderir ao parcelamento do FGTS previsto na Medida Provisória 927/20, porém esse parcelamento ainda não tem impactos para o trimestre, e os efeitos contábeis e impactos futuros ainda serão analisados pela Companhia.

b. Acordo de Colaboração Premiada e Acordo de Leniência de executivos e ex-executivos da JBS e de sua controladora J&F Investimentos (J&F)

Como já divulgado anteriormente, em 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F") assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). Ainda em 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado. No mesmo exercício, a J&F e suas controladas brasileiras celebraram um termo de adesão ao referido Acordo.

A J&F e suas subsidiárias reiteram que seguem cumprindo todas as diretrizes estabelecidas no Acordo, cujas medidas e o seu respectivo cronograma encontram-se em sintonia com as disposições do Acordo.

b.1 Investigações internas independentes

As investigações internas independentes seguem as melhores práticas internacionais e continuam em andamento. A Administração da Companhia com base nos procedimentos analíticos por ela adotados até o presente momento, não tem conhecimento de impactos relevantes em suas demonstrações contábeis. Não foram identificados novos eventos para estas informações contábeis intermediárias findas em 31 de março de 2020.

b.2 Programa de Compliance e Medidas de Governança

O Grupo JBS estruturou um programa de compliance, chamado "Faça Sempre o Certo", com o objetivo de prevenir condutas, tanto de colaboradores como de terceiros, que possam estar em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia, leis, regulamentos e/ou procedimentos internos. Esta estrutura, com reporte direto ao Conselho de Administração da JBS S.A., e atua de forma independente e é responsável pela implementação e monitoramento de treinamentos voltados a temas de compliance, gestão do canal de denúncias, avaliações periódicas de risco, implementação de controles internos, incluindo os de combate à corrupção, análise reputacional de terceiros (due diligence), dentre outras atividades geralmente relacionadas a este departamento, incluindo treinamentos e atualizações a todos os colaboradores sobre diversos temas e práticas.

2 Base de elaboração e apresentação

a) Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas, julgamentos e estimativas contábeis destas Informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2020, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das informações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c) Aprovação das informações contábeis intermediárias

A aprovação destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2020.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas informações contábeis intermediárias estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os trimestres apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebido ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, de abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 18 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) exigem que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos e passivos. Os ativos e passivos que estão sujeitos a essas estimativas compreendem vida útil do imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e imposto de renda diferido. A liquidação de uma transação envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido à possível falta de precisão inerente ao processo. Algumas de nossas práticas contábeis exigem graus mais elevados de julgamento do que outros em sua aplicação. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela administração.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas esperadas, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com IAS 2/CPC 16 (R2) - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As vidas úteis estimadas de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 10.

h) Intangível

É composto por softwares adquiridos por terceiros registrados de acordo com o IAS 38/CPC 4 (R4) - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

i) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data dos balanços.

j) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos ou variações cambiais.

k) Imposto de renda e contribuição social**Impostos correntes**

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$60 mil por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

l) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis não estão provisionados, porém estão divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não estão provisionados nem divulgados.

n) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

o) Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48/IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente os "CDBs".

ii. Custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes", "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos".

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

p) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 (R2) - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

q) Demonstrações dos fluxos caixa

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo destas demonstrações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no IAS 7/ CPC 3 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

r) Demonstração do valor adicionado

A Companhia inclui na divulgação das suas informações contábeis intermediárias a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual não é requerida pelas IFRS, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores ou sistema financeiro, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

s) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

A partir de 1 de janeiro de 2019 a Companhia adotou o IFRS 16/CPC 6 - Arrendamento mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, os efeitos da adoção foram reconhecidos em 1 de janeiro de 2019, sem alteração para fins de comparabilidade dos saldos de 2018. A Companhia e suas controladas reconheceram novos ativos e passivos para seus contratos com direito de uso de ativos identificáveis (arrendamentos operacionais) conforme detalhado na nota 11.

Os contratos identificados pela Companhia referem-se substancialmente aos arrendamentos de imóveis, máquinas e equipamentos, plantas operacionais, equipamentos de informática, veículos, entre outros. A Companhia aplicou julgamento para os casos em que existe opção de renovação nos contratos, baseando-se em sua melhor expectativa. Essa avaliação afeta o prazo do arrendamento que impacta significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

O ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e pagamento total inferior a R\$20mil, conforme exceção prevista pela norma.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos não foram reavaliados.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A partir de 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia não teve impactos reconhecidos em suas informações contábeis intermediárias.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.20	31.12.19
Caixa e bancos	11.298	6.542
CDB	24.035	28.835
	35.333	35.377

As aplicações financeiras possuem vencimento original de até 90 dias a contar da data da contratação, não estão sujeitas a risco significante de alteração de valor e são em média remunerados a 98,5% da variação do CDI. A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31.03.20	31.12.19
Duplicatas a vencer	19.055	20.349
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	506	431
De 31 a 60 dias	33	35
De 61 a 90 dias	27	29
Acima de 90 dias	342	386
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(388)	(386)
Ajuste a valor presente - AVP	(48)	(61)
	472	434
	19.527	20.783

Conforme IFRS 9 CPC 48 - Instrumento Financeiro, segue a movimentação da PECLD:

	31.03.20	31.12.19
Saldo inicial	(386)	(353)
(Adições) / Reversões	(80)	(139)
Baixas	78	106
Saldo final	(388)	(386)

6 Estoques

	31.03.20	31.12.19
Mercadorias e produtos acabados	7.735	4.913
Matéria-prima e embalagens	1.390	3.192
Almoxarifado	3.504	1.723
	12.629	9.828

Em decorrência da característica dos estoques perecíveis, e de rápido giro, não são identificadas necessidades de provisão para perdas nos estoques.

7 Impostos a recuperar

	31.03.20	31.12.19
ICMS	877	1.012
INSS	436	436
IRRF	275	206
IRPJ e CS a recuperar	215	-
Outros	6	-
	1.809	1.654
Desmembramento:		
Ativo circulante	1.015	828
Ativo não circulante	794	826
	1.809	1.654

8 Impostos de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes da tributação	5.201	4.996	5.201	4.996
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	1.300	1.249	468	450
(Adições) exclusões permanentes	(2.242)	(38.519)	(2.252)	(38.522)
(Adições) exclusões temporárias	(1.127)	(1.007)	(1.127)	(1.007)
Base imposto - sem prejuízos fiscal de anos anteriores	1.832	(34.530)	1.822	(34.533)
Prejuízo fiscal (Limitado 30% da base de cálculo do imposto no período)	(550)		(547)	
Base imposto	1.282	(34.530)	1.275	(34.533)
Alíquota - 9%	-	-	115	-
Alíquota - 10%	122	-	-	-
Alíquota - 15%	193	-	-	-
Dedução PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Lei Rouanet e outros	(8)	-	-	-
Imposto a pagar	307	-	115	-
Imposto pago/compensado	(458)	-	(179)	-
Saldo de imposto a pagar (a recuperar)	(151)	-	(64)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(422)	(8)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(570)	11.398		
	(992)	11.390		
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	19,07%	-227,98%		

b) Composição dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.03.20	31.12.19
Prejuízo fiscal ⁽¹⁾	9.385	9.575
Provisão para contingência	166	197
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	27	14
Tributos com exigibilidade suspensa	292	639
PLR - Participação dos Lucros e Resultados	279	262
Faturamento não entregue	99	152
Ajuste da depreciação	(35)	(61)
Ajuste a Valor Presente	13	-
Arrendamentos - IFRS 16	7	-
Outros	471	496
Total Líquido	10.704	11.274

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

⁽¹⁾ Impostos diferidos constituídos sobre prejuízos fiscais decorrentes da exclusão das subvenções para investimentos (créditos ICMS) da base de cálculo do imposto sobre a renda e contribuição social. A Companhia tem a expectativa de realização de seus Impostos Diferidos Ativos ao longo dos próximos dez anos, conforme determina a Instrução CVM 371. A estimativa de realização é de 50% do saldo até 2022, 30% até 2025 e o residual até 2028.

Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais, a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. No período findo em 31 de março de 2020, os valores de subvenção contidos no resultado totalizaram R\$2.277.

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	31.03.20		31.12.19		2020		2019	
	Clientes	Fornecedores	Clientes	Fornecedores	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
JBS Aves Ltda	-	2.084	-	3.230	6.251	-	6.624	1
JBS S.A.	-	5	-	19	9	-	7	-
Seara Comércio Alimentos Ltda	-	207	-	196	222	-	710	-
Seara Alimentos Ltda	404	11.747	461	7.397	19.839	1.686	14.758	1.159
	404	14.043	461	10.842	26.321	1.686	22.099	1.160

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de compra de insumos da Companhia com empresas ligadas, a preços e condições semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Durante o período findo em 31 de março de 2020 a Companhia comprou R\$26.321 (R\$22.099 no período findo em 31 de março de 2019) de matérias-primas e mercadorias das empresas ligadas. Apesar das compras com partes relacionadas serem significativas, a Companhia não apresenta dependência econômica do grupo uma vez que tem total condições de manter a continuidade de suas operações e com resultados semelhantes mesmo em um cenário em que não houvesse compras de partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esse administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, no período findo em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	31.03.20		31.12.19	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	5	55	5	250
	5	55	5	250

De acordo com o IAS 24/CPC 05 (R3) - Apresentação de Parte Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho regido pela CLT ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

10 Imobilizado

a) Composição do imobilizado

			Líquido	
	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	
			31.03.20	31.12.19
Imóveis	5 a 60 anos	10.982	(3.734)	7.248
Terrenos	*	7	-	7
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	40.533	(16.942)	23.591
Instalações	20 a 30 anos	4.402	(1.644)	2.758
Equipamentos de informática	3 a 12 anos	914	(655)	259
Veículos	5 a 20 anos	325	(314)	11
Obras em andamento (1)	*	8.644	-	8.644
Móveis e utensílios	10 a 50 anos	759	(236)	523
		66.566	(23.525)	43.041
				40.628

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019, obtendo entendimento sobre a adequação das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas. No período findo em 31 de março de 2020, a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

⁽¹⁾ O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação da matriz, visando a maior produtividade e a segurança no processo produtivo. Quando a obra é concluída e inicia a operação destes ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir deste momento a depreciação dos bens.

b) Movimentação do ativo imobilizado

	31.12.19	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	31.03.20
Imóveis	7.080	222	-	(54)	7.248
Terrenos	7	-	-	-	7
Máquinas e equipamentos	23.827	277	(26)	(487)	23.591
Instalações	2.659	135	-	(36)	2.758
Equipamentos de informática	295	-	-	(36)	259
Veículos	13	-	-	(2)	11
Obras em andamento	6.212	2.432	-	-	8.644
Móveis e utensílios	535	2	-	(14)	523
	40.628	3.068	(26)	(629)	43.041

Depreciação

A depreciação do período totaliza em R\$629, sendo reconhecido R\$608 como custo dos produtos vendidos e R\$21 como despesas operacionais.

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

A Companhia revisa periodicamente as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima de seu valor recuperável.

11 Arrendamentos a pagar

A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em de 1 de janeiro de 2019, cujas políticas estão descritas na nota 3 item s.

11.1 Direito de uso do ativo de arrendamentos

A composição dos saldos de direito de uso na data-base é apresentada a seguir:

	Vida útil dos ativos	31.12.19	Adição de contratos	Contratos encerrados	Constituição de PIS/COFINS	Amortização	31.03.20
Planta	1 a 11 anos	-	1.236	-	17	-	1.253
Imóveis	1 a 10 anos	199	-	-	(30)	(279)	(110)
Máquinas e equipamentos	5 anos	57	322	(12)	(22)	(39)	306
Equipamentos de informática	4 anos	-	37	-	(1)	(1)	35
Veículos	5 anos	-	829	-	(37)	(274)	518
		256	2.424	(12)	(73)	(593)	2.002

Amortização

A amortização do período totaliza em R\$593, sendo reconhecido R\$100 como custo dos produtos vendidos e R\$493 como despesas operacionais.

11.2 Provisão a pagar de arrendamentos

	31.03.20	31.12.19
Provisão com arrendamentos	2.162	273
Ajuste ao valor presente	(139)	(7)
	2.023	266
Passivo circulante	1.555	253
Passivo não circulante	468	13
	2.023	266

Movimentação da provisão com arrendamentos:

	31.12.19	Adição de contratos	Juros apropriados	Pagamentos	Contratos encerrados	31.03.20
Provisão com arrendamentos	273	2.628	-	(739)	-	2.162
Ajuste ao valor presente	(7)	(204)	72	-	-	(139)
	<u>266</u>	<u>2.424</u>	<u>72</u>	<u>(739)</u>	<u>-</u>	<u>2.023</u>

A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, será entre 10,18% e 11,86%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

Cronograma de pagamento da parcela de longo prazo da provisão com arrendamento:

Vencimento	31.03.20	31.12.19
2021	265	14
AVP - Ajuste a valor presente	(32)	(1)
	<u>468</u>	<u>13</u>

12 Intangível

		Líquido	
	Vida útil dos ativos intangíveis	31.03.20	31.12.19
Softwares	3 anos	33	38
		<u>33</u>	<u>38</u>

Movimentação do intangível:

	31.12.19	Amortização	31.03.20
Softwares	38	(5)	33
	<u>38</u>	<u>(5)</u>	<u>33</u>

Amortização

A amortização do período totaliza em R\$5, sendo reconhecida como custo dos produtos vendidos.

13 Fornecedores

	31.03.20	31.12.19
Materiais e serviços	26.508	25.943
Ajuste a valor presente - AVP	(64)	(75)
	<u>26.444</u>	<u>25.868</u>

14 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são compostas conforme abaixo:

	31.03.20	31.12.19
Salários e encargos sociais	2.438	3.463
Provisões para férias, 13º salário e encargos	2.338	2.236
IRRF a recolher	586	273
PIS e COFINS a recolher	731	672
ICMS a recolher	2.820	3.035
Parcelamentos fiscais (REFIS IV)	2.633	2.762
Outros	986	931
	<u>12.532</u>	<u>13.372</u>
Passivo circulante	9.605	10.402
Passivo não circulante	2.927	2.970
	<u>12.532</u>	<u>13.372</u>

Desmembramento:

Trabalhistas	6.214	6.710
Tributárias	6.318	6.662
Estadual	2.824	3.041
Federal	3.494	3.621
	12.532	13.372

Parcelamentos Fiscais (REFIS IV) - Em 2009, a Companhia decidiu aderir ao programa de parcelamento de débitos tributos instituído pela Lei 11.941/2009. Em 31 de março de 2020, o saldo de R\$2.633 (R\$2.069 no não circulante e R\$564 no circulante) é devido em 55 parcelas mensais, com juros baseados na taxa SELIC.

15 Dividendos declarados

	31.03.20	31.12.19
Dividendos declarados	6.914	6.914
	6.914	6.914

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração declarou os dividendos mínimos obrigatórios a distribuir no valor de R\$4.258, que foram aprovados na AGO de 30 de abril de 2020. A posição acionária a ser considerada para a distribuição de dividendos é a posição observada na presente data, sendo certo que, serão contempladas 5.222.222 (cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e duas) ações, sendo 2.846.929 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e novecentas e vinte e nove) ações ordinárias e 2.375.293 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil e duzentas e noventa e três) ações preferenciais, resultando em uma distribuição de R\$0,77995 por ação ordinária e R\$0,85795 por ação preferencial, a título de dividendos. Os dividendos declarados em 2019 serão pagos no dia 05 de junho de 2020, sem correção monetária, através do Banco Itaú S.A., instituição depositária das ações escriturais.

16 Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, os quais são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.20	31.12.19
Trabalhistas	480	571
Cíveis	7	7
Total	487	578

Movimentação das provisões

	31.12.19	Adições, baixas e mudanças de estimativas	Pagamentos	Atualização monetária	31.03.20
Trabalhistas	571	33	(134)	10	480
Cíveis	7	4	(4)	-	7
Total	578	37	(138)	10	487

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2020 a Companhia era parte em 76 (81 em 31 de dezembro de 2019) ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$7.024 (R\$7.129 em 31 de dezembro de 2019). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$480 (R\$571 em 31 de dezembro de 2019) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade. A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$2.721 (R\$2.685 em 31 de dezembro de 2019).

Processos cíveis

A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$294 (R\$285 em 31 de dezembro de 2019).

Processos fiscais e previdenciários

A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$159 (R\$157 em 31 de dezembro de 2019).

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de março de 2020 era de R\$1.123 (R\$1.212 em 31 de dezembro de 2019).

17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2020 e 2019 estava representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 por ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Retenção de lucros

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais, a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

18 Receita operacional líquida

	2020	2019
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias	63.015	60.387
	63.015	60.387
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(2.853)	(2.457)
Impostos sobre as vendas	(13.132)	(12.624)
	(15.985)	(15.081)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	47.030	45.306

19 Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Juros Passivos	(274)	(106)
Juros Ativos	570	343
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(105)	(84)
	191	153

	2020	2019
Receita financeira	570	343
Despesa financeira	(379)	(190)
	191	153

20 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes utilizados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Lucro líquido do período	4.209	16.386
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
Lucro básico por ação - R\$	0,8060	3,1379

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do lucro por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

21 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza e sua respectiva classificação por função:

Classificação por natureza	2020	2019
Depreciação e amortização	(1.227)	(928)
Despesas com pessoal	(7.656)	(7.121)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(32.693)	(31.467)
Outros	(477)	(952)

Classificação por função	2020	2019
Custo dos produtos vendidos	(34.173)	(32.957)
Despesas com vendas	(6.558)	(6.506)
Despesas gerais e administrativas	(1.322)	(1.005)

22 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes reportáveis: processados resfriados e congelados.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro por segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2020	2019
Processados resfriados	38.684	36.699
Processados congelados	8.346	8.607
	47.030	45.306

Total de ativos por segmento:

	2020	2019
Processados resfriados	104.107	96.939
Processados congelados	22.462	24.165
	126.569	121.104

Total de receitas e despesas financeiras por segmento:

	2020	2019
Processados resfriados	157	124
Processados congelados	34	29
	191	153

Total de lucro divulgado por segmento:

	2020	2019
Processados resfriados	3.502	14.366
Processados congelados	707	2.020
	4.209	16.386

Receitas líquidas apresentadas por área geográfica:

	2020	2019
Rio Grande do Sul	37.640	35.357
Santa Catarina	6.515	7.000
Paraná	2.353	2.134
Outros	522	815
	47.030	45.306

Total de ativos por área geográfica:

	2020	2019
Rio Grande do Sul	101.300	94.981
Santa Catarina	17.534	17.981
Paraná	6.331	6.227
Outros	1.404	1.915
	126.569	121.104

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros e o limite máximo de cobertura em 31 de março de 2020 foi de R\$150 milhões.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, de crédito de liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes traçadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	Notas	31.03.20	31.12.19
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.333	35.377
Contas a receber de clientes	5	19.527	20.783
		54.860	56.160

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

31.03.20						
	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo
Fornecedores	13	26.444	-	-	-	26.444
Dividendos declarados	15	6.914	-	-	-	6.914
Valor Justo		33.358	-	-	-	33.358

31.12.19						
	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo
Fornecedores	13	25.868	-	-	-	25.868
Empréstimos e financiamentos		16	-	-	-	16
Dividendos declarados	15	6.914	-	-	-	6.914
Valor Justo		32.798	-	-	-	32.798

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado à variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição à variações cambiais de moedas estrangeiras.

e) Risco de taxa juros

O risco de taxas de juros é decorrente de possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos, advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas. Na data das presentes informações contábeis intermediárias, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Instrumentos financeiros remunerados a uma taxa fixa	31.03.20	31.12.19
Aplicações financeiras - CDB	24.035	28.835
Empréstimos e financiamentos	-	(16)
	24.035	28.819

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das informações contábeis intermediárias, não teria reflexo relevante no patrimônio nem no resultado do período findo em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade taxa variável (1%)	Patrimônio líquido e resultado do período findo em 31.03.20	Patrimônio líquido e resultado do período findo em 31.12.19
	240	288

Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável.

f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia ajustada em relação ao capital do período findo em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, é apresentada a seguir:

	31.03.20	31.12.19
Total do Passivo Circulante e não Circulante	50.613	49.357
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(35.333)	(35.377)
(=) Dívida Líquida (A)	15.280	13.980
Total do Patrimônio Líquido (B)	75.956	71.747
Relação Dívida	0,2012	0,1949

h) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas informações contábeis intermediárias pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

i) Garantias prestadas e garantias recebidas

Garantias prestadas

A Companhia não possui garantias prestadas consideradas relevantes.

Garantias recebidas

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

j) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia, conforme quadro abaixo:

	Notas	31.03.20	31.12.19
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras - CDB	4	24.035	28.835
Custo amortizado			
Caixa e bancos	4	11.298	6.542
Contas a receber de clientes	5	19.527	20.783
Total		54.860	56.160
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	13	26.444	25.868
Empréstimos e financiamentos		-	16
Dividendos declarados	15	6.914	6.914
Total		33.358	32.798

k) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas informações contábeis intermediárias pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia do valor justo

		Valor contábil em 31.03.20		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros				
Aplicações financeiras - CDB		-	24.035	-
		Valor contábil em 31.12.19		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros				
Aplicações financeiras - CDB		-	28.835	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Notas	31.03.20		31.12.19	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	11.298	11.298	6.542	6.542
Aplicações financeiras - CDB	4	24.035	24.035	28.835	28.835
Contas a receber de clientes	5	19.527	19.527	20.783	20.783
Ativos financeiros totais		54.860	54.860	56.160	56.160
Fornecedores	13	(26.444)	(26.444)	(25.868)	(25.868)
Empréstimos e financiamentos		-	-	(16)	(16)
Dividendos declarados	15	(6.914)	(6.914)	(6.914)	(6.914)
Passivos financeiros totais		(33.358)	(33.358)	(32.798)	(32.798)
		21.502	21.502	23.362	23.362

25 Aprovação das demonstrações contábeis

DIRETORIA EXECUTIVA

Wesley Mendonça Batista Filho
Diretor Presidente

Guilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com Investidores

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro

Eduardo Ferreira Belelas Dos Santos
Contador CRC SP - 314422/O-3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joanita Maria Maestri Karoleski
Conselheiro

Gilberto Tomazoni
Conselheiro

Ivo José Dreher
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia acompanhadas do Relatório de Revisão do auditor independente da Grant Thornton Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31 de março de 2020, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia nesta data.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos durante o decorrer do período e considerando o Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul - RS, 08 de maio de 2020.

Adrian Lima da Hora
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Isabel Paiva e Sousa Oliveira
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório do auditor independente da Grant Thornton Auditores Independentes, sobre as informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2020; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2020.

Santa Cruz do Sul - RS, 08 de maio de 2020.

Wesley Mendonça Batista Filho
Diretor Presidente

Guilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com Investidores

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro

* * * * *